

4

Marx e a economia política internacional

Na exposição abaixo, temos como objetivo mostrar de que maneiras a teoria marxista pode contribuir para o entendimento da economia política internacional. Esta tarefa consiste, evidentemente, em ir além dos escritos do próprio Marx adentrando nos avanços teóricos promovidos por outros autores que seguiram os conceitos que constituem o materialismo histórico. Não temos a pretensão de ser exaustivos nesta tarefa. A corrente teórica analisada a seguir – a perspectiva do sistema-mundo – foi escolhida por sua qualidade – ou seja, pela capacidade que ela apresenta em compreender o funcionamento da economia contemporânea – e pela sua relevância e aceitação dentro da disciplina de relações internacionais. Porém, antes de iniciarmos as análises sobre o sistema-mundo, gostaríamos de salientar alguns pontos sobre o pensamento de Marx e alguns de seus sucessores.

É bem verdade que “Marx não fez uma contribuição significativa para uma teoria das relações internacionais e que não dedicou interesse particular pelo desenvolvimento do capitalismo em nível internacional” (Nogueira e Messari, 2005, p 105). Isso talvez deva-se ao fato de que Marx tenha tomado como pressuposto teórico em sua obra mais completa e substantiva a existência de uma única economia nacional e a divisão social entre apenas duas classes, os trabalhadores e os capitalistas (Marx, 1985). Tal fato não significa, porém, que a obra de Marx não contenha dentro de si os elementos analíticos necessários para que uma teoria internacional seja derivada.

De qualquer maneira, uma coisa é certa: Marx sabia muito bem do potencial expansivo do capitalismo e da necessidade da burguesia de estar sempre atuando no sentido de derrubar as barreiras para a acumulação. De acordo com Marx, “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” (O Manifesto, p. 12). Marx tinha plena consciência de que, para resistir à tendência globalizante do capitalismo, a classe operária deveria, por sua vez, unir-se independentemente das fronteiras nacionais. É com

esta proposta que Marx e Engels fecham *O Manifesto Comunista* – “proletários de todos os países, uni-vos” (p. 65). Neste sentido, para Hennes Lacher, “Marx pode até mesmo ser visto como ‘o primeiro teórico significativo da globalização’” (Lacher, 2006). De acordo com Lacher, devemos ter atenção tanto para o fato de que o capitalismo possui tendência inerentemente globalizante quanto para o fato de que;

“the expansion of capital is never just the universalization of exchange relations; it is also the expansion of *capitalist* social relations, generating a system of universal ‘interdependence mediated by things’. Commodities moving across boundaries not only embody particular social relations, they also socialize the relations between those who are thereby brought into contact” (Lacher, 2006, p. 11).

A passagem supracitada chama a atenção para a natureza necessariamente social do modo de produção capitalista. Isso significa que o capitalismo não se restringe somente à esfera da circulação de mercadorias, mas ele está ligado aos modos como o valor é produzido a partir do poder privado de extrair mais-valia. Além do mais, Lacher chama atenção para as formas como o capitalismo transforma as relações sociais na medida em que se expande para diversas áreas “pré-capitalistas¹” do mundo. Tal fato já havia sido notado anteriormente por Rosa Luxemburgo. De acordo com Alex Callinicos (2009), Rosa Luxemburgo mostra com sucesso a forma como a acumulação de capital “envolve a sistemática destruição da ‘economia natural’ – formas sociais não baseadas no mercado – onde quer que elas sejam encontradas”. O processo histórico pelo qual o trabalhador viu-se destituído dos meios de produção e reprodução chama-se “acumulação primitiva”². Para Rosa, ao contrário de ser um momento idílico de criação do capitalismo, a acumulação primitiva é um processo contínuo de transformação e incorporação das formas pré-capitalistas de produção numa lógica de mercado. Este processo também pode ser chamado de

¹ Utilizo o termo “pré-capitalista” neste trabalho. O faço, porém, com algumas reservas. Devemos notar que ao caracterizar os demais modos de produção como “pré” capitalistas, subentende-se que estes se encontram em um estágio anterior, primitivo, e que o caminho natural do desenvolvimento destes sistemas conduz, necessariamente, ao capitalismo. Isso não é verdade. Muitos dos sistemas “pré” capitalistas tornaram-se, de fato, capitalistas com o passar do tempo. Isso não significa, porém, que exista alguma lei que transforme todos os modos de produção em capitalismo. Tampouco quer dizer que o capitalismo seja mais “avançado” do que os demais.

² “A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social” (Marx, 1985, p. 140).

“proletarianização”. Ou seja, é o processo que constitui um corpo de trabalhadores que servirão como mão-de-obra para a acumulação capitalista.

A relação entre capital – representado pela classe burguesa - e trabalho – representado pela classe proletária - é, evidentemente, um dos principais elementos da teoria de Marx. Para o materialismo histórico, a divisão da totalidade social entre duas grandes classes é um dos marcos distintivos do sistema capitalista de produção.

A precondição para a divisão de classes está na concentração dos meios de produção, por um lado, e a total alienação dos frutos do trabalho, por outro. É exatamente pelo fato de não disporem dos meios de produção – e, portanto, dos meios de subsistência – que a classe trabalhadora encontra-se em uma situação na qual o seu próprio corpo e sua própria força de trabalho são as únicas mercadorias passíveis de serem vendidas em troca do sustento.

Neste sentido, enquanto a teoria liberal afirma que as relações de trabalho, no capitalismo, envolvem agentes livres, que livremente dispõe da sua força de trabalho em troca de um salário equivalente àquele mesmo *quantum*³ de trabalho “gasto” dentro da fábrica, a teoria marxista aponta para as relações de força e de exploração envolvidas no processo produtivo capitalista. Desta forma os capitalistas são capazes de acumular lucros ao não remunerar parte do trabalho do operário no processo de criação de valor. Para Nogueira e Messari, portanto, “a função primordial do Estado [na teoria marxista] seria a de assegurar a estabilidade da ordem capitalista, ou seja, garantir que os trabalhadores continuassem vendendo sua força de trabalho no mercado e comportando-se como cidadãos respeitadores da lei” (2005, p. 107).

Mark Rupert resume a relação entre trabalho e capital da seguinte maneira:

“The means of production (instruments, raw materials and other objective requirements for the objetification of labor) are privately owned under capitalism. Historically separated from the necessary means of production, workers must contract with someone who owns the means of production (a capitalist) in order to produce anything. The worker is forced to sell his or her capacity (in the language of *Capital*, “labor-power”) to a capitalist in order to secure the means simply to survive, i.e., a wage. As part of this bargain, the product of the worker’s

³ “ Para que, no entanto, o possuidor de dinheiro encontre à disposição no mercado a força de trabalho como mercadoria, diversas condições precisam ser preenchidas ... Para que seu possuidor [da força de trabalho] venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa” (Marx, 1985, p. 139).

“O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, deste artigo específico” (Marx, 1985, p. 141).

labor becomes the property of the capitalist. This process of alienated labor formed the central vantage point for Marx's critical analysis of capitalism" (Rupert, 1995, p. 19).

É evidente que esta relação de exploração não aparece nem aos trabalhadores nem aos capitalistas como tal. Em função do processo de "objetificação" e da separação entre a esfera da economia e a esfera da política, a extração da mais valia se apresenta como uma livre relação contratual que reúne dois indivíduos juridicamente iguais, e que diz respeito somente à esfera econômica. Rupert afirma que "*the separation of politics and economics has an important role to play in the historically specific mode of exploitation under capitalism, for it allows exploitation to take on a distinctively 'economic' semblance*" (1995, p. 21). Desta maneira, a extração da mais-valia não se apresenta como uma exploração explícita. A separação entre a economia e a política constitui, portanto, uma grande "vantagem" para o capitalismo já que "*no explicitly political coercion need enter directly into the capitalist exploitation of labor, for it appears as a simple exchange of commodities in the market*" (1995, p. 21-22). Como foi dito acima, o papel do estado, no capitalismo, é o de simplesmente garantir a oferta de mão de obra para a produção. A força bruta não precisa entrar no processo de valorização do capital em si. Mas ela é indispensável para garantir a ordem social e a inviolabilidade dos contratos e da propriedade privada.

Como havíamos afirmado no início, apesar nunca ter teorizado sobre as relações internacionais em si, "Marx tinha clareza, contudo, do alcance global do capitalismo". Apesar de reconhecer a potência de expansão do capitalismo, Marx afirmava que o mesmo estava fadado a sucumbir às suas próprias contradições internas. "Para Marx, as tendências à estagnação, à concentração do capital e à queda da taxa de lucro conduziram o capitalismo ao declínio como sistema econômico global" (Messari e Nogueira, op. cit).

O objetivo principal desta seção é mostrar de que maneiras a teoria marxista pode contribuir para o entendimento da economia política internacional. Vimos que a principal contribuição oferecida por Marx é o entendimento do capitalismo enquanto um sistema social expansivo que depende, essencialmente, da extração de mais-valia a partir da exploração do proletariado pela burguesia. Fundamentalmente, o que distingue o capitalismo histórico dos demais modos de

produção e organização social é que “nele, o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão” por meio da obtenção do lucro⁴ (Wallerstein, 1995, p. 13). Além do mais, a exploração do trabalho e a acumulação de capital não acontecem diretamente, por meios extra-econômicos, como ocorre em formações pré-capitalistas (Teshcke, 2003). A exploração acontece por meio do contrato entre indivíduos que dispõem livremente da sua força de trabalho em troca do salário.

Vimos acima que a exploração capitalista da classe trabalhadora depende, em última análise da (1) separação entre a economia e a política; (2) da concentração dos meios de produção; e (3) da participação efetiva do estado na manutenção das condições necessárias para a acumulação. Ou seja, o estado deve garantir a propriedade privada e a ordem. Além do mais, vimos que o capitalismo deve ser entendido como uma *formação histórica*. O processo de constituição e reprodução do capitalismo, contudo, está repleto de contradições. Estas contradições, que se expressam como crises e como luta de classes, levariam, por fim, à superação do capitalismo como modo de produção e organização social em favor de um novo modo de produção no qual a exploração dos homens pelos homens não seria parte constituinte.

O que gostaríamos de salientar a seguir é que o capitalismo e o sistema capitalista mundial não é constituído por apenas uma unidade política soberana. Muito pelo contrário, como afirma a teoria tradicional das relações internacionais (Waltz, 1979), o globo é fragmentado por diversas unidades políticas definidas territorialmente que se relacionam em um ambiente anárquico no sentido da ausência de uma autoridade soberana global. Desta maneira, ao construir uma teoria internacional materialista histórica temos que ter em mente que

“capitalism, however, is a world system of states, and the form that the capitalist state takes is the nation-state form. Any discussion, therefore, of the capitalist state must take account of the state both as an apparatus of class domination and as an apparatus of competition among segments of the bourgeoisie” (Callinicos, 2009, p. 73)

⁴ Esta definição de Wallerstein sobre a gênese do capitalismo é controversa. Em suma, Wallerstein é acusado de definir o capitalismo a partir da esfera da circulação (D-M-D'), quando em realidade o capitalismo se definiria pela esfera da produção (extração de mais-valia derivada do tempo de trabalho não pago). Tal equívoco leva Wallerstein a situar o início do capitalismo muito antes (nas cidades estado italianas do século XV) do que realmente teria sido (na Inglaterra do século XVII). Não entraremos neste debate neste artigo. Queremos apenas deixar sinalizado que discordamos em parte desta definição de Wallerstein. Porém, conforme argumentamos no texto, o capitalismo possui sim a necessidade de sempre expandir-se por meio do investimento e da busca pelo lucro. Por isso adotamos a definição de Wallerstein neste momento.

É em direção a este sistema de estados capitalistas que nos voltaremos na seção seguinte. Contudo, gostaríamos de propor fazer rapidamente um ponto pertinente para os fins do nosso trabalho. De que maneira essa nossa discussão prévia nos ajuda a compreender a formação e a transformação de regimes? Ora, como vimos na primeira parte, as teorias tradicionais das RIs tratam o sistema de estados como um conjunto anárquico composto por unidades indiferenciadas cujo objetivo principal é a maximização do poder. A diferença fundamental proposta pela teoria materialista histórica tratada acima lança um novo entendimento sobre a natureza destas “unidades” as quais chamamos estados. O que queremos deixar claro é que, para o pensamento marxista as unidades do sistema internacional são de um tipo muito específico. Trata-se do estado-nação *capitalista*. Hennes Lacher diz que:

“Capitalism is a social system that entails, among other things, a definite form of statehood: a ‘purely political’ state that is abstracted from the exploitation of surplus, yet internally related to capitalism as it makes possible the private appropriation of surplus on the basis of the control over economic forms of property” (Lacher, 2006, p. 107).

Ao fazer esta diferenciação, queremos dizer que o estado capitalista difere qualitativamente das formas estatais pré-modernas, como o estado feudal e o estado dinástico. Isso significa que o esforço de teorizar sobre o sistema internacional deve ter sempre em conta a natureza capitalista da sua unidade fundamental, o estado. A formação de regimes internacionais, portanto, deve ser entendida como uma formação histórica específica. Regimes, em um mundo determinado pelas leis da acumulação capitalista, possuem o objetivo final de reproduzir as relações hierárquicas capitalistas que reinam no sistema-mundo moderno. É com esta perspectiva que abordaremos a evolução do regime de propriedade intelectual, e por este motivo abordaremos agora a teoria de Wallerstein.

4.1.

O Sistema mundo moderno

Conforme já havíamos notado anteriormente, para Wallerstein, o capitalismo é um “sistema social histórico”. No capitalismo, “o capital passou a

ser usado ... tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão. Nesse sistema, o que se acumulou no passado só é ‘capital’ na medida em que seja usado para acumular mais da mesma coisa” (1995, p. 13). Desta maneira Wallerstein conclui que “onde a acumulação de capital tenha tido prioridade sobre objetivos alternativos ao longo do tempo, podemos dizer que estamos em presença de um sistema capitalista em operação” (p. 14).

Para Wallerstein, contudo, somente a vontade de um indivíduo de “acumular mais da mesma coisa” não basta. “Nos sistemas anteriores, o longo e complexo processo de acumulação do capital era quase sempre bloqueado num ou noutro ponto”. Em poucas palavras, pode-se dizer que era necessário haver um sistema de propriedade privada, a concentração de bens nas mãos de poucos, a disponibilidade de trabalho e a disponibilidade de demanda pelos produtos produzidos. “Antes dos tempos modernos, esse encadeamento de processos (às vezes denominado circuito do capital) raramente se completou” (p. 14-15). Tais barreiras à acumulação existiam em sistemas anteriores porque os elementos essenciais ao circuito capitalista “ainda não haviam sido transformados em mercadoria”. Logo, “o desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo”.

Os capitalistas, contudo, não buscam maximizar os lucros de toda a classe capitalista. Muito pelo contrário, os capitalistas individuais encontram-se em constante competição entre eles. A rivalidade entre capitalistas premiava “aqueles que possuíam mais perspicácia, maior habilidade no controle de sua força de trabalho e maior acesso às decisões políticas que regulamentavam operações mercantis específicas (conhecidas em geral como monopólios)” (p. 16). O efeito da competição intra-classe é um tipo de comportamento por parte dos capitalistas individuais que preferem beneficiar-se a si mesmos, mesmo que isto implique numa diminuição geral da possibilidade de lucros. Em outras palavras, o fato de a classe capitalista estar em constante competição faz com que o comportamento desta classe não seja “racional” do ponto de vista da classe, mas sim do ponto de vista do capitalista individual. Para Wallerstein, esta é a primeira e mais fundamental contradição no sistema.

A segunda grande contradição do capitalismo histórico diz respeito à classe trabalhadora e o seu relacionamento com o capital. Para o autor, “para manter o fluxo [crescente de mercadorias] era necessário garantir um número

crecente de compradores. Contudo, os esforços para reduzir os custos de produção frequentemente reduzem também a distribuição e circulação do dinheiro” (P. 17). Isso significa que em algum ponto do processo não haveria dinheiro suficiente em circulação na economia para adquirir todos os bens produzidos por esta mesma economia.

As relações contraditórias do capitalismo histórico são assim descritas por Wallerstein:

“Assim, a economia capitalista tem sido governada pela intenção racional de maximizar a acumulação. Mas o que era racional para os empresários não o era necessariamente para os trabalhadores. Mais importante: o que era racional para todos os empresários, vistos como um conjunto, não o era necessariamente para um empresário individual, visto isoladamente” (Wallerstein, 1995, p. 17).

O que Wallerstein aponta no extrato acima é um conjunto de contradições que opõe tanto capitalistas e trabalhadores quanto capitalistas e outros capitalistas. A competição entre capitalistas significa que os capitalistas individuais estão sempre estruturalmente condicionados à busca por maiores quantidades de lucro vis-à-vis seus concorrentes. “Em um sistema caracterizado pela acumulação incessante de capital, nenhum participante pode se dar ao luxo de abandonar o impulso na direção da lucratividade de longo prazo sob o risco de autodestruir-se” (p. 32). A contradição entre capital e trabalho aponta para o fato de que uma das maneiras que os capitalistas possuem para aumentar os seus lucros é pela diminuição dos salários pagos aos trabalhadores (entretanto, como veremos mais adiante, a maneira mais eficaz de maximizar os lucros é a constituição de monopólios e a verticalização do comércio). Contudo, ao diminuir o salário dos trabalhadores, os capitalistas diminuem também a demanda pelos próprios produtos que eles produzem; este processo conduz, portanto, a uma diminuição no lucro geral. Desta lógica resulta uma oposição permanente: enquanto os capitalistas querem sempre diminuir os salários, os trabalhadores querem sempre aumentá-los, ou então superar a o capitalismo completamente por meio de uma revolução socialista.

4.2.

Centro e periferia

Como vimos acima, o capitalismo histórico se define pela busca incessante pela acumulação de capital. Para o capitalista individual, isso significa realizar cada vez mais lucro. Para que mais lucro seja obtido, o capitalista procurará sempre expandir a sua operação para áreas do globo nas quais os salários pagos aos trabalhadores sejam mais baixos. Além do mais, os capitalistas individuais tentarão constituir monopólios com o intuito de controlar os preços de forma autoritária (ou seja, de forma não regida pela operação impessoal do mercado) e assim extrair mais lucro do que em uma situação controlada pelo mercado. Para constituir um monopólio, entretanto, é necessário algum tipo de poder extra-econômico. Em outras palavras, o capitalista precisa da ajuda do estado, mais precisamente, da sua capacidade de exercer controle sobre um território e sobre a força de trabalho.

Já afirmamos antes que o sistema capitalista é altamente competitivo. Isso significa que no interior deste sistema, as pessoas manobram para adquirir vantagens para si e, conseqüentemente, negá-las aos demais. Esta competitividade implica em uma disputa pelo controle político do estado. Ou seja, a acumulação de capital não acontece somente em função da operação da economia em um livre mercado. Muito pelo contrário, o que existe é uma política de acumulação.

“Fazer política é mudar as relações de poder numa direção mais favorável ao próprio interesse, alterando a direção dos processos sociais. Para ter êxito nesses casos, é preciso encontrar as alavancas de mudança que permitam a maior vantagem ao menor custo. Dada a estrutura do capitalismo histórico, as alavancas mais efetivas de ajuste político têm sido as estruturas do Estado, cuja própria construção, como vimos, foi uma das realizações institucionais do capitalismo histórico. Assim, não é por acidente que o controle do poder estatal, a conquista do poder de Estado, tenha sido o objetivo estratégico central de todos os principais atores da esfera política ao longo da história do capitalismo moderno” (Wallerstein, 1995, p. 42).

Para Wallerstein, o estado possui diversos mecanismos para modificar a forma como o excedente produzido é dividido entre os membros da sociedade. Um destes mecanismos é o controle territorial do movimentos dos fatores de produção (capital, terra e trabalho). Ao modificar as regras que regem estes movimento, o estado torna-se apto a modificar as vantagens e desvantagens em

um sistema de mercado competitivo. Em termos simples, isso significa que o estado detém o poder de regular monopólios, diminuir ou elevar impostos sobre as mercadorias e o trabalho, conceder incentivos à determinados produtores em detrimento de outros, etc.

Segundo Wallerstein, “costumamos discutir esses controles de fronteira nos termos de uma antinomia: ausência total de controles (comércio livre) ou ausência total de movimentos livre (autarquia)”. É praticamente um senso comum entre os liberais afirmar que o livre comércio (ou a ausência total de intervenção do estado na economia) conduz à melhor utilização dos fatores de produção. Porém, como afirma Wallerstein, “Do ponto de vista de um produtor situado num ponto qualquer da cadeia mercantil, a liberdade de movimentos é desejável desde que ele seja – e quanto ele for – competitivo diante outros produtores do mesmo bem no mercado mundial”. Consequentemente, do ponto de vista do capitalista individual, o livre comércio é maléfico quando ele introduz em sua economia doméstica produtos mais competitivos do que os seus. É por este motivo que o domínio do aparelho estatal é fundamental para o sucesso da empreitada capitalista individual, já que, como se espera, as regiões da periferia do sistema-mundo são menos eficientes do que as do centro. Portanto, o livre comércio beneficia os países centrais em detrimento dos países periféricos. O mais importante é reconhecer que dependendo da forma como o estado controla o movimento dos fatores de produção, ele concede vantagens à uns e desvantagens à outros. Wallerstein captura a essência antiliberal do capitalismo da seguinte maneira:

“There are two myths about capitalism put forward by its central ideologues (and strangely largely accepted by its nineteenth-century critics). One is that it is defined by the free flow of the factors of production. The second is that it is defined by the non-interference of the political machinery in the ‘market’. In fact, capitalism is defined by the *partially* free flow of the factors of production and by the *selective* interference of the political machinery in the ‘market’ ... What defines capitalism most fundamentally is the drive for the endless accumulation of capital. The interferences that are ‘selected’ are those which advance this process of accumulation ... and secondly, interference is always in favor of one set of accumulators as against another set, and the latter will always seek to counter the former” (Wallerstein, 1984, p. 43).

O extrato acima nos leva a concluir que o funcionamento da economia capitalista não se fundamenta na derrubada de barreiras ao comércio e à produção, mas, justamente, na construção seletiva de tais barreiras de modo a direcionar o

fluxo de capitais excedentes para os bolsos de alguns capitalistas em particular. Os capitalistas mais beneficiados são aqueles que possuem a maior influência nas decisões políticas do estado (ou seja, que são mais capazes de se utilizar dos aparelhos do estado para promover o bem próprio e para dificultar a acumulação de outros) e que se encontram dentro dos estados centrais do sistema mundo.

De acordo com Christopher Chase Dunn,

“Contrary to much ideology, most real living capitalists usually prefer monopolistic certainty to the vagaries and risks of market competition. Thus capitalist states have always tried to protect the capitalists who control them. States act to expand markets or to destroy barriers to market competition when their own capitalists will benefit because they enjoy a competitive advantage” (Dunn, 1998, p. 36).

Temos o seguinte cenário: os capitalistas individuais esforçam-se em influenciar as decisões políticas do estado de forma a serem favorecidos. Como o sistema mundo moderno é composto por uma pluralidade de estados, a influência que os capitalistas individuais exercem sobre a política faz com que os estados atuem no sentido de maximizar a capacidade de acumulação dos seus capitalistas em relação aos capitalistas de outros estados. Na prática, isso significa que os estados mais fortes procuram impor condições sobre os estados mais fracos com o intuito de garantir vantagens comerciais. A estrutura do capitalismo histórico, portanto, conduz à hierarquização do sistema internacional entre centro, semiperiferia e periferia.

No sistema-mundo moderno, por um lado, as atividades produtivas que exigem grande quantidade de capital, assim como mão de obra qualificada, tendem a se concentrar nas áreas centrais do sistema. Por outro lado, as atividades que não demandam grande quantidade de capital nem mesmo mão de obra qualificada tendem a se concentrar nas áreas periféricas. Tal divisão internacional do trabalho é útil aos capitalistas – e ao processo de acumulação como um todo – pois permite que mercadorias de baixo valor tecnológico e que requerem trabalho intensivo possam ser produzidas de forma mais competitiva em função dos baixos salários oferecidos na periferia.

De acordo com Chase-Dunn;

“The core/periphery relationship is analytically understood as a territorial division of labor in which core areas specialize in capital intensive production using skilled highly paid labor, and peripheral areas specialize in labor intensive

production using low wage (or coerced) and relatively unskilled labor” (Dunn, 1998, p. 39).

É evidente que contradição entre capital e trabalho (a exploração do trabalho pelo capital) tende a ser minimizada nas áreas centrais onde os salários são mais altos. Desta maneira, os países mais desenvolvidos do sistema internacional costumam oferecer aos seus trabalhadores melhores condições de vida na forma de proteções sociais, direitos, saúde, etc. Por outro lado, nas áreas periféricas, o estado atua no sentido contrário. Visando atrair investimento estrangeiro e garantir a margem de lucro dos seus capitalistas, o estado procura pressionar a sua força de trabalho (por muitas vezes de forma violenta) mantendo os salários baixos, em primeiro lugar, e mantendo a ordem social por meio da repressão, quando necessário. Desta maneira, Christopher Chase-Dunn afirma que “a harmonia relativa dos trabalhadores capitalistas nas áreas centrais ... torna-se possível por causa da função chave realizada pela exploração da periferia”. Além do mais, a periferia contribui para a lucratividade das atividades capitalistas que dependem de tarefas trabalho-intensivas.

Fica claro, portanto, que a divisão hierárquica do sistema-mundo entre centro e periferia não corresponde a “etapas” ou “fases” de desenvolvimento que gradativamente elevariam os países mais pobres à modernização. Muito pelo contrário, a perspectiva do sistema-mundo afirma que a hierarquia entre centro e periferia é um elemento central e necessário para a reprodução das relações capitalistas de produção globais. Deve ficar claro também que esta hierarquia não é compreendida como um fenômeno meramente econômico. A relação entre centro e periferia é marcada pelo uso da força no sentido de disciplinar os países periféricos, assim como a sua força de trabalho. Frequentemente, isso significa cooptar parte de uma elite domiciliada nestes países, assegurando assim que a força de trabalho continue sendo sistematicamente coagida e obrigada a se submeter às condições de trabalho impostas pelo centro.

Nas situações normais do sistema-mundo capitalista, a periferia e a semi-periferia são mantidas em condições de dominação e exploração pelos centros capitalistas. Este cenário, porém, não é estático. Ou seja, Wallerstein afirma que, em momentos de crise e reestruturação das relações interestatais do sistema-mundo, pode haver ascensão ou declínio de um estado na escala hierárquica exposta cima. Embora tal possibilidade exista, ela é mais uma exceção do que

uma regra. O caso mais proeminente de um estado que se elevou da semi-periferia para o centro (e, em seguida, tornou-se hegemônico) foi o dos Estados Unidos. Esta mobilidade hierárquica deve-se, de forma bastante breve, à capacidade de um estado semi-periférico produzir de forma mais eficiente, em função dos salários mais baixos, do que um estado central. Quando há crise no sistema-mundo, alguns destes estados semi-periféricos conseguem manter-se produtivos e oferecem oportunidades de lucro para os capitalistas. Em havendo uma crise, existe a possibilidade de que estes estados recebam grande quantidade de capital e, desta maneira, elevem-se na escala hierárquica. Trataremos deste assunto com mais detalhes em uma seção posterior.

4.3.

A Economia mundo

Para Wallerstein, a economia-mundo é constituída por uma série de atividades produtivas interdependentes que ultrapassam as fronteiras do estado. Estas atividades produtivas são as cadeias de produção; ou seja, uma divisão internacional do trabalho que tem como objetivo último gerar lucro. Para o autor, a economia-mundo é um dado empírico. Trata-se de uma “realidade social quantificável”. Para Wallerstein, o que caracteriza o mundo moderno é precisamente a existência de, por um lado, uma única economia-mundo (em outras palavras, uma economia que envolve todo o globo); e por outro lado a fragmentação territorial do mundo em diversas soberanias chamadas estados.

De acordo com Wallerstein, o termo *economia-mundo* deve ser analiticamente separado do termo *economia mundial* na medida em que o último “presume que existam uma série de ‘economias’ que são ‘nacionais’ em escopo, e que, sob certas circunstâncias, estas ‘economias nacionais’ entram em relações comerciais entre si, compondo assim uma ‘economia internacional’”. (Wallerstein, 1984, p. 13). Em contraste com a economia mundial, o conceito de economia-mundo assume que o que existe hoje (e desde o século XVII) no globo não é simplesmente a junção de várias economias nacionais. Na realidade, Wallerstein afirma que existe efetivamente uma economia-mundo no sentido de que as cadeias produtivas e a divisão do trabalho se estendem por todo o globo, e não apenas dentro de um único estado. Em suma, enquanto o conceito de

economia mundial pressupõe uma separação entre o doméstico e o internacional, o conceito de economia-mundo afirma que esta separação não existe na esfera econômica, apenas na política.

Para Wallerstein, “na atualidade todo o globo opera dentro da estrutura desta singular divisão social do trabalho a qual nos referimos como economia-mundo”. Para o autor, o fato de a economia-mundo ter as fronteiras maiores do que aquelas apresentadas pelas suas unidades constitutivas (os estados) não é mera obra do acaso. De fato, para Wallerstein, esta característica singular é, em suma, o que define o capitalismo histórico em si. Portanto, a unidade fundamental de análise adotada por Wallerstein é a economia-mundo e não o estado tomado individualmente. O que interessa ao autor é analisar as contradições que emergem desta realidade fragmentada, por uma lado, e unificada globalmente, por outro.

Para o autor, a fragmentação política do globo é um fator necessário para a sobrevivência do capitalismo histórico. Toda e qualquer tentativa de transformar o sistema interestatal em um império-mundo está fadada ao fracasso. Isso porque “a base estrutural do sistema econômico e os interesses claramente percebidos dos principais acumuladores de capital são fundamentalmente opostos à transformação da economia-mundo em um império-mundo” (Wallerstein, 1995, p. 50).

Vimos antes que o estado é um elemento essencial na acumulação do capital. Vimos também que o estado não pode ser concebido como um ator unitário, que existe “no singular”. Contudo, temos que perceber que enquanto o estado é um formidável aliado da acumulação, ele também pode ser o seu pior inimigo. Wallerstein diz que;

“os acumuladores de capital de qualquer Estado específico sempre utilizaram suas próprias estruturas estatais no apoio à sua acumulação. Mas eles também precisavam controlar algumas alavancas para que servissem de garantia *contra* suas próprias máquinas estatais. Se estas se tornassem fortes demais, poderiam sentir-se livres para acatar pressões igualitárias, por razões de equilíbrio interno. Contra essa ameaça, os acumuladores de capital precisam dispor de uma outra ameaça em seu favor: a de frustrar os desígnios de seus próprios aparatos estatais através de alianças com outros aparatos estatais. Isso só seria possível na medida em que nenhum Estado dominasse tudo” (Wallerstein, 1995, p. 51).

A passagem acima citada chama atenção para a necessidade da fragmentação política dentro da economia-mundo. Caso um estado viesse a dominar todo o mundo, o que impediria esse novo poder global de simplesmente

retornar às políticas de acumulação via espoliação direta, extra-econômica? Em outras palavras, o estado global correria o risco de se tornar uma grande tirania imperial. O capitalismo, logo, cessaria de existir. Os acumuladores não mais poderiam acumular e todo o sistema-mundo moderno cairia. Na ausência da competição entre capitalistas monopolistas nacionais, todo o sistema desapareceria. Não é de se espantar, portanto, que o capitalismo só pode emergir em um mundo que já se encontrava previamente fragmentado por autoridades políticas soberanas distintas e só pode continuar existindo na medida em que esta fragmentação continuar também a existir.

4.4.

A hegemonia

A economia-mundo é composta por estados capitalistas. Nesta economia, os estados competem entre si para oferecer as melhores condições para a acumulação aos seus capitalistas nacionais. Em outras palavras, os estados procuram utilizar o seu poder político para criar estruturas institucionais que favoreçam uns e desfavoreçam outros. Conforme havíamos dito antes, o funcionamento da economia capitalista não se fundamenta na derrubada irrestrita de barreiras ao comércio e à produção, mas, justamente, na construção seletiva de tais barreiras de modo a direcionar o fluxo de capitais excedentes para os bolsos de alguns capitalistas em particular. Portanto, o livre comércio não é uma política frequente na economia-mundo. Muito pelo contrário, o livre comércio depende, efetivamente, do poder político de um hegemon. Este hegemon, é claro, fomenta o livre comércio porque a liberdade de fluxo dos fatores de produção, em um dado momento histórico, o favorece em detrimento aos demais estados. Ao contrário de ser um “fardo” histórico que as potências têm que carregar, a hegemonia é, em suma, uma situação muito favorável ao hegemon.

Nesta economia-mundo, os estados não são todos iguais. Alguns possuem vantagens comparativas em relação à outros. Os cenários mais frequentes na história do sistema mundo moderno apontam para uma interdependência real entre os estados. Ou seja, nenhum estado consegue ser superior em todas as três esferas – produção, comércio e finanças – ao mesmo tempo. Isso não significa que os estados estejam no mesmo patamar. A hierarquia internacional existe sempre.

Porém, em uma situação que não seja de hegemonia, nenhum estado pode abrir mão da construção de monopólios que beneficiem os seus capitalistas sob o risco de perder vantagens comparativas. A situação mais frequente na economia-mundo fundamenta-se, portanto, na construção de monopólios e no controle restritivos do fluxo dos fatores de produção.

Todavia, este cenário muda completamente de figura nas raras ocasiões em que há uma hegemonia:

“The strength of the very strongest state, however, under the exceptional situation of true hegemony, is measured by its ability to minimize *all* quasi monopolies, that is, to enforce the doctrine of free trade. If hegemony is defined as a situation in which a single core power has demonstrable advantages of efficiency *simultaneously* in production, commerce, and finance, it follows that a maximally free market would be likely to ensure maximal profit to the enterprises located in such a hegemonic power” (Wallerstein, 1984, p. 5).

Nos momentos de hegemonia real, a potência hegemônica se beneficia amplamente com o livre comércio, e por isso se esforça em expandi-lo e, se possível, consolidá-lo na forma de instituições internacionais como aconteceu no pós-segunda guerra. Contudo, devemos deixar claro que a base material para o poder do hegemon fundamenta-se na habilidade das empresas domiciliadas naquele estado de operar de forma mais eficiente do que suas rivais de outros estados. Podemos concluir, portanto, que é a radical desigualdade da capacidade produtiva dos estados (das empresas que operam em seu interior) – principalmente das grandes potências – que determina os períodos de hegemonia.

Segundo Wallerstein, o sistema-mundo moderno presenciou três hegemonias:

“On three separate occasions, one state has been able to achieve what may be called a hegemonic position in the world-economy: the United Provinces, 1620-50; the United Kingdom, 1815-73; the United States, 1945-67 ... Such hegemonies are relatively short-lived, since the production advantages cannot be sustained indefinitely and the mechanisms of the balance of power intrude to reduce the political advantage of the single most powerful state” (Wallerstein, 1984, p. 17)

A passagem citada acima chama atenção para três pontos fundamentais na teoria de Wallerstein. Em primeiro lugar, nota-se que os períodos de hegemonia são raros. Em segundo lugar, nota-se que as hegemonias não conseguem se sustentar por longos períodos de tempo. Isso se deve às contradições inerentes ao processo de acumulação em si. O declínio de uma hegemonia não se deve ao seu

fracasso, mas ao seu sucesso. Em terceiro lugar, notamos que o sistema-mundo possui “ciclos sistêmicos” de acumulação e crise⁵. Cada ciclo é marcado pela emergência e declínio de uma nova potência hegemônica.

Gostaríamos enfatizar agora que nosso argumento fundamental afirma que o regime de propriedade intelectual, firmado em 1995, diz respeito às mudanças estruturais que ocorreram no sistema-mundo capitalista a partir da década de 70. Como vimos acima, para Wallerstein, o período de hegemonia norte-americana durou de 1945 até 1967, estendendo-se no máximo até 1973 (fim da guerra do Vietnã). Desde esta data, o que se observa na dinâmica do capitalismo mundial, de acordo com a teoria de Wallerstein, é um longo processo de reestruturação das instituições gerais do capitalismo, incluído as formas internacionais de organização, como os regimes internacionais⁶. Esta reestruturação tem como objetivo a restauração das condições de acumulação à nível global. Desta maneira, entendemos que toda a controvérsia em torno das negociações do regime internacional de propriedade intelectual podem ser categorizadas como um momento de reestruturação das relações globais cuja finalidade última é a de reconstituir as condições para acumulação de capital nos centros mundiais.

4.5.

O processo de trabalho e a acumulação

Nesta seção, trataremos mais especificamente da dinâmica da acumulação e da crise do sistema capitalista. Esta dinâmica é importante porque ela explica, em grande medida, (1) o padrão cíclico defendido por Wallerstein, e (2) o padrão de mudanças institucionais que ocorrem no sistema-mundo capitalista após o período de declínio do hegemom. O que queremos dizer com isto é que a acumulação de capital não ocorre indefinidamente. Ela depende

⁵ A ideia de Ciclos Sistêmicos de Acumulação, na realidade, é de autoria de Giovanni Arrighi. Não trataremos deste autor neste trabalho em função da falta de espaço. Basta dizer que o que diferencia a ideia de ciclos de Wallerstein da ideia de Ciclos Sistêmicos de Acumulação de Arrighi é o fato de que, para o primeiro, estes ciclos são dados empíricos que derivam do trabalho de Kondratieff. Para Arrighi, os Ciclos Sistêmicos de Acumulação são explicados como fases de acumulação M-D, seguidas por fases de expansão D-M. Por fim, o Ciclo Sistêmico ingressa na fase financeira D-D', que anuncia uma crise vindoura.

fundamentalmente das formas institucionais que vigoram em um determinado sistema social, como, por exemplo, o regime de propriedade, o regime de trabalho assalariado, as formas políticas de organização social - como estado-nação capitalista -, o sistema interestados, o princípio da soberania, etc. A premissa fundamental deste argumento é que na medida em que a acumulação atinge um “limite”, limite este inexoravelmente inscrito no próprio sistema capitalista, uma crise se instala. Como veremos mais adiante, para Wallerstein, o padrão de acumulação e crise confere ao sistema capitalista um caráter cíclico. Ou seja, cada ciclo de acumulação de capital, capitaneado por uma potência hegemônica, é seguido por um longo período de crise e reestruturação institucional. Nosso objetivo nesta seção, portanto, é entender os mecanismos que constituem tanto a acumulação quanto a crise. De forma geral, queremos mostrar como o processo de acumulação de capital é eivado de contradições, contradições estas que, em última análise, acabam por impor barreiras e ceifar as próprias bases do funcionamento do capitalismo.

Para os fins de nosso trabalho, devemos chamar atenção para o fato de que o regime de propriedade intelectual sofreu profunda modificação justamente no período pós-1973. Ou seja, a mudança institucional do regime de propriedade intelectual relaciona-se com o padrão geral de transformações que ocorreram no mundo após o alegado fim da hegemonia norte americana. Argumentaremos mais adiante que a mudança no regime de propriedade intelectual deve-se, de fato, às mudanças institucionais necessárias para o reestabelecimento da acumulação capitalista a nível global. Além disso, o regime de propriedade intelectual visa reconstituir os fluxos de capital da periferia para o centro que estavam, na década de 70, decrescendo. Estes assuntos, porém, serão tratados em uma seção posterior.

É importante lembrar, contudo, que, ao falar sobre acumulação de crise, não estamos afirmando que o mundo está se movendo em direção ao socialismo, como muitos acreditavam (inclusive o próprio Wallerstein⁷) na década de 70/80. Muito pelo contrário, queremos ressaltar a impressionante capacidade do modo

⁶ Não por acaso é justamente neste momento que as instituições de Bretton Woods são abandonadas – no caso do sistema dólar-ouro – ou profundamente modificadas, como o regime de comércio, o regime monetário e também o regime de propriedade intelectual.

⁷ Escrevendo em 1982, Wallerstein crê que o sistema mundo-capitalismo enfrentava sua crise terminal. Essa visão, porém, não se concretizou.

capitalista de produção e organização social em renovar-se à luz das constantes modificações na estrutura social/produtiva global.

Para explicar o processo de acumulação e crise nos afastaremos, por hora, da obra e Wallerstein para olhar com mais atenção as contribuições de Marx sobre a produção do valor, da mercadoria, e sobre o processo de trabalho. Este movimento deve-se à necessidade de explicar as formas como o lucro é produzido a partir do trabalho e da alienação do mesmo. Por motivos óbvios, presume-se, nesta exposição, que o modo de produção capitalista é movido pelo desejo incessante de acumular capital, ou seja, possuir “mais do mesmo”. Presume-se também que, para acumular, o capitalista precisa produzir lucro. O lucro, por sua vez, depende da produção e da venda de mercadorias em um mercado.

O processo de trabalho é a base sobre a qual a acumulação de capital se sustenta. Para que o capitalista possa realizar lucro, é preciso apropriar-se do trabalho de outros. Esta apropriação, evidentemente, só pode acontecer de forma consensual na medida em que a própria força de trabalho também se transforma em uma mercadoria. Contudo, o trabalhador, na realidade, não escolhe vender a sua força de trabalho. Na prática, ele tem pouca ou nenhuma escolha já que os meios de produção (ou os meios de sustento da própria vida) não são de sua propriedade. Conforme já havíamos mencionado antes, uma das marcas definidoras do capitalismo é a concentração dos meios de produção nas mãos de uns poucos indivíduos (a burguesia). Em função desta desigualdade primordial, o capitalista encontra-se na confortável situação de ser o único (ou a única classe) capaz de garantir o sustento do proletário. O proletário, por sua vez, não vê outra escolha senão vender o seu trabalho.

Nota-se, além disso, que, em função da extrema concentração de renda, forma-se um enorme contingente de reserva de mão de obra. Isso significa que o proletário não só venderá o seu trabalho como ele também o fará sob a sombra da competição de outros proletários que também estão dispostos a fazer a mesma operação, muitas vezes por preços (salários) mais baixos. Por este motivo, Marx afirma que o valor pago ao trabalhador tende a ser o mínimo necessário para a sobrevivência e a reprodução do proletariado (já que o capitalista em nada ganha se sua força de trabalho não for suficientemente nutrida a ponto de não conseguir aguentar a jornada diária).

O resultado da operação descrita acima é que o capitalista, efetivamente, compra a força de trabalho do trabalhador em troca de um salário cujo valor é *menor* do que aquele produzido pela mão de obra. Por exemplo, se um trabalhador produz, ao longo do dia, o valor total de 50 reais em mercadorias, seu salário será de 10 reais. Dos 40 reais restantes, 15 serão utilizados pelo capitalista para a recolocação das matérias primas, manutenção das máquinas, etc. Os outros 25 reais serão, então, embolsados pelo capitalista na forma de lucro. Podemos ver, portanto, que o lucro (1) não advém da circulação do capital (processo de compra e venda da mercadoria no mercado); (2) o lucro representa a diferença entre o valor produzido pelo trabalho, menos o seu salário e menos o capital fixo (matérias primas, máquinas).

Não é necessário, para que o capitalista se aproprie do trabalho alheio, haver qualquer tipo de coerção direta, já que se presume que tanto o trabalhador quanto o capitalista são indivíduos livres, formalmente iguais, e que possuem o direito de dispor das coisas que lhes são próprias na forma de uma transação comercial simples⁸. Tempo de trabalho e salário, portanto, são duas mercadorias trocadas entre trabalhador e capitalista. Acontece, porém, que estas duas mercadorias – trabalho e salário – não são trocadas por um valor equivalente. A diferença entre estes valores é chamado de mais-valia. Isso significa que o tempo de trabalho despendido pelo trabalhador na produção de uma mercadoria não é convertido inteiramente em salário. O trabalhador é efetivamente explorado pelo capitalista. Esta exploração não é percebida como tal porque ela se “esconde” por detrás da comodificação do trabalho. Ou seja, a transformação do trabalho em uma mercadoria, ao invés de ser uma atividade social produtiva humana destinada a satisfazer as necessidades dos indivíduos.

A fórmula geral da circulação do capital erigida por Marx apresenta-se da seguinte maneira: Capital (C) transforma-se em mercadoria por meio do processo produtivo. O resultado da produção é a mercadoria (M). A mercadoria é, por sua vez, vendida no mercado pelo valor C acrescido da mais-valia. $C - M - C'$, onde *linha* representa o valor excedente produzido pelo trabalhador, mas que não é remunerado e transforma-se em lucro. Esta fórmula expressa a acumulação de

⁸ É evidente que a comodificação do trabalho, a defesa da propriedade privada e a segurança dos contratos são todos elementos que interferem diretamente na acumulação de capital, mas que não são fatores econômicos. Muito pelo contrário. Estes elementos dependem do poder direto do estado; da capacidade do estado de “monopolizar os meios legítimos de violência”.

capital. Ou seja, a maneira pela qual capital (C) transforma-se em mais capital (C') por meio do processo de produção.

O processo de produção em si segue desta maneira: o montante total de capital empregado pelo capitalista (C) é utilizado para comprar capital fixo (cf) mais o capital variável (cv). Este valor é acrescido da mais valia (mv). O produto, então, é comercializado e retorna ao capitalista como $C + mv$, ou o montante inicial empregado na produção mais o tempo de trabalho não pago, o lucro. Juntando-se as duas fórmulas, temos: $C - cf + cv + mv \dots M - C'$. Nota-se que este processo não acaba no primeiro ciclo ($C - M - C'$), mas pode continuar indefinidamente, contanto que haja (1) mão de obra disponível, e (2) demanda efetiva por produtos. Porém, como argumentamos antes, o capitalista também não é completamente livre dos constrangimentos impostos pelo sistema no qual vive. Um capitalista não pode simplesmente abster-se de reutilizar o lucro obtido para recomençar a operação de acumulação sob o risco de ser sobrepujado por outros capitalistas mais ávidos pelo dinheiro. O que se percebe, portanto, é que a lógica da acumulação de capital não deriva do ímpeto humano natural, mas do funcionamento competitivo da própria economia capitalista. Logo, a lei da competição impele os capitalistas a reproduzir as relações de produção e extração de mais valia indefinidamente. É por isto que Wallerstein afirma que o capitalismo é um sistema fundamentado no desejo da acumulação infinita de capital.

Wallerstein chega ao ponto de afirmar que:

“longe de ser um sistema ‘natural’, como alguns apologistas tentam argumentar, o capitalismo histórico é um sistema patentemente absurdo. Acumula-se capital para que se possa cumular mais capital. Os capitalistas são como ratos brancos em uma roda de gaiola, correndo cada vez mais rápido para poder correr cada vez mais ‘rápido’” (Wallerstein, 1995, p. 37).

O que se deve perguntar, é claro, é: quais são as consequências de um sistema que se fundamenta na acumulação cada vez maior de capital? Ora, a resposta mais imediata é que o sistema entrará em colapso, mais cedo ou mais tarde, por conta da superprodução de mercadorias e pela superacumulação de capitais.

Para Wallerstein, a lógica da acumulação incessante de capital produz um ciclo alternado de expansões e estagnações no sistema como um todo. A

comprovação empírica da existência de tais ciclos indica que pelo esforço de um número cada vez maior de empreendedores para controlar mais e mais conexões nas cadeias mercantis, ocorreram desproporções de investimentos. Estas desproporções de investimentos significam que (1) existe tanto uma superprodução de mercadorias como (2) um excesso de capital que, inversamente, não encontra aplicabilidade produtiva. A única solução para essas desproporções têm sido crises no sistema produtivo.

Para o autor,

“The crisis of our historical system derives not from its failure, but from its success ... Each time the economic forces within the system (the entrepreneurs, private and collective) have encountered a bottleneck which has caused a slowdown in accumulation – a bottleneck which these same forces had, to be sure, collectively created by their prior actions – they have engaged in behavior, efficacious behavior, to open up or bypass the bottleneck and resume the onward march of global accumulation” (Wallerstein, 1982, p. 12)

Mais adiante, o autor explica que

“There are thus at least three phenomena that can be ‘adjusted’: the location of production activities, the level of remuneration (wage of workers, numbers of persons Who life off ‘human capital’) and the size of world-economy as a whole” (Op. Cit., 1982, p. 17).

O que mais nos interessa neste momento é mostrar que o sistema-mundo capitalista opera por meio de expansões e contrações. A cada ciclo de expansão, os capitalistas individuais procuram obter vantagens competitivas realocando as unidades produtivas em áreas da semi-periferia onde o trabalho é mais barato e, portanto, a lucratividade pode ser reestabelecida. Este movimento implica, evidentemente, na “exportação de empregos” das áreas centrais para as áreas semi-periféricas do sistema mundo, causando ondas de desemprego nos países mais desenvolvidos. Escrevendo em 1995, Wallerstein diz que “hoje, por exemplo, assistimos a uma transferência maciça, em escala mundial, das indústrias automobilística, siderúrgica e eletrônica” (p. 33). Este processo, não começou em 1995, mas já na década de 60, a partir da reconstrução da Europa ocidental e Japão. Hoje, este processo acontece de forma marcante na China e algumas regiões da Ásia.

Outra forma de contornar os períodos de baixa lucratividade é o investimento em capital fixo. O investimento em capital fixo possui dois grandes objetivos. O primeiro é o de tornar a força de trabalho mais produtiva por meio da

mecanização da produção. A consequência imediata deste processo é o “desemprego tecnológico” e a consequente diminuição dos salários. O segundo objetivo do investimento em capital fixo é a inovação tecnológica. Como afirma o autor, “cada ‘inovação’ tecnológica fundamental foi criada primariamente para fabricar produtos novos e ‘escassos’ – como tal, muito lucrativos -, e secundariamente para reduzir de forma mais acelerada o uso de mão de obra”.

Durante o período de hegemonia norte americana, as duas estratégias foram utilizadas. Em primeiro lugar, o regime de acumulação que impulsionou a produtividade e, conseqüentemente, a hegemonia estadunidense, o chamado fordismo, baseou-se fortemente na aplicação de novos processos produtivos com o objetivo de reduzir o custo por unidade das mercadorias. Ou seja, o fordismo tinha como base o investimento maciço em capital fixo. Ao diminuir o custo por unidade, inicialmente, os capitalistas conseguiam extrair mais lucro por meio da expansão da produção. Por outro lado, o fordismo preconizava a manutenção de salários relativamente altos de forma a ajudar na composição da demanda efetiva e também na estabilidade social. Em suma, o fordismo consistia em produção e consumo de massa.

A partir da década de 60, quando o sistema já apresentava os primeiros sinais de exaustão, as atividades produtivas foram deslocadas dos centros da economia-mundo para as áreas periféricas e semi-periféricas. Nesta fase, o que os capitalistas individuais objetivavam era a manutenção dos lucros por meio da redução do capital variável – os salários – que eram mais baixos fora dos centros. Conseqüentemente, a liderança de produtividade gozada pelos capitalistas domiciliados nos Estados Unidos cedeu lugar à novos centros, como a Europa Ocidental e o Japão e, mais tarde, os chamados NIC (New Industrializing Countries).

4.6.

A determinação econômica do regime de propriedade intelectual

Sabemos que o que impulsionou a expansão da economia norte-americana desde a primeira década - 1914, mais precisamente – do século XX foi a criação de uma forma organizacional-produtiva a qual chamamos de fordismo (Harvey, 1989). O que havia de especial no fordismo, e o que o diferenciava notoriamente

dos regimes de acumulação anteriores, era a maciça inclusão dos trabalhadores na esfera do consumo de massa. Esta inclusão poderia acontecer somente a partir do progressivo aumento real dos salários. Além disso, a manutenção do poder de compra dos trabalhadores deveria vir acompanhada de uma política que privilegiasse o pleno emprego e a seguridade social. O objetivo desta política era “dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores” (Harvey, 1989).

Como vimos anteriormente, para manter os salários e o emprego estáveis e ao mesmo tempo manter a taxa de lucro em ritmo ascendente, faz-se necessário aumentar a produtividade do trabalho por meio do investimento em capital fixo (máquinas e tecnologia). O aumento da composição orgânica do capital (relação entre capital variável e capital fixo) aliado à manutenção do valor total real de capital variável (manutenção dos salários e empregos) conduz à duas consequências imediatas: (1) ao aumento do *output* total de mercadorias produzidas (o que corresponde à produção em massa); e (2) à diminuição do valor por unidade das mercadorias (o que possibilita o consumo em massa). A queda do valor unitário da mercadoria significa que um *quantum* menor de trabalho é empregado para a fabricação da mesma, o que resulta na diminuição da mais-valia extraída pelo capitalista com relação ao produto unitário.

Vemos, portanto, que o fordismo acarreta duas tendências fundamentais. Em primeiro lugar, nota-se que o fordismo pressupõe a contínua diminuição dos custos de reprodução das mercadorias como forma de estimular o aumento no consumo. Por outro lado, o investimento contínuo em capital fixo necessário para o aumento na produtividade industrial faz com que os custos de pesquisa e desenvolvimento aumentem exponencialmente. Enquanto a queda nos custos de reprodução das mercadorias acarreta na tendência decrescente da taxa de lucro das atividades industriais, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento apresentam a tendência contrária, tonando-se cada vez mais lucrativos. Segue deste raciocínio que as atividades menos lucrativas são deslocadas dos países centrais para os países semi-periféricos e periféricos, enquanto as atividades de pesquisa e desenvolvimento se aglutinam nos países desenvolvidos.

Estas tendências apontadas acima – a queda no custo de reprodução e o aumento no custo de desenvolvimento – foram se desenvolvendo desde o fim da

segunda guerra até a eclosão da crise, na década de 70. Em um primeiro momento, a queda no custo de reprodução das mercadorias possibilitou aos capitalistas norte americanos produzir de forma muito mais eficiente do que os demais capitalistas, garantindo desta forma a superioridade competitiva da economia daquele país. Este processo deu à luz ao que Wallerstein chama de hegemonia, como vimos anteriormente. Porém, já em meados da década de 60, os custos de reprodução das mercadorias haviam atingido níveis tão baixos (em função da concorrência entre capitais) que a atividade produtiva deixou de apresentar taxas de lucro tão elevadas quanto aquelas que foram efetivadas nas décadas anteriores. Isso explica em grande medida a queda na taxa de lucro – e, conseqüentemente, a capacidade de acumular capital – que as empresas norte americanas experimentaram desde meados da década de 60⁹. Por outro lado, os custos de desenvolvimento associados à necessidade cada vez maior de investimentos em capital fixo tornavam-se, ao longo dos anos, cada vez mais altos. Esta dupla tendência veio a se manifestar de forma aguda e clara somente ao longo da década de 70 na forma de uma grande crise econômica. É evidente que para restaurar a lucratividade, as empresas capitalistas deveriam lidar com o problema apresentado pela natureza imaterial (e, portanto, facilmente imitáveis) das tecnologias que eram desenvolvidas à altos custos. Por este motivo, as empresas mais afetadas pelos custos elevados de desenvolvimento de mercadorias facilmente reprodutíveis, a partir da década de 70, passaram a se organizar, como veremos mais adiante, para pressionar seus respectivos governos no sentido de adotar políticas coercitivas contra aqueles que ameaçavam a integridade dos direitos de propriedade intelectual.

Tendo em vista o que foi exposto acima, é importante relembrar a conclusão de Donald Richards sobre a especificidade da propriedade intelectual. De acordo com este autor, o referido regime tem como principal objeto justamente as atividades nas quais os custos de reprodução são baixos, mas os custos de desenvolvimento são altos. Neste sentido, argumentamos que o regime deve ser entendido como uma consequência da expansão do fordismo como regime de acumulação global, aliado à divisão internacional do trabalho dentro dos moldes hierárquicos do sistema-mundo.

⁹Para um detalhado estudo empírico sobre a queda da taxa de lucro das firmas domiciliadas nos países desenvolvidos, ver Brenner, 2006, e Harvey, 1989 .

O principal argumento que pode ser derivado a partir da leitura do sistema-mundo afirma que a divisão internacional do trabalho, aliada à dinâmica da acumulação de capital, é um dos principais elementos que contribuíram para a transformação do regime de propriedade intelectual. Ou seja, foi a diferença entre as formas produtivas do centro e da periferia que estimulou, durante o processo de negociação que ocorreu ao longo as décadas de 70 e 80, a transformação da superestrutura legal (OMPI-TRIPS) para a proteção da propriedade intelectual. O novo regime de propriedade intelectual que emergiu após este longo processo de negociação amplificou consideravelmente a já pré existente desigualdade entre os países desenvolvidos e os países periféricos, ao mesmo tempo em que possibilitou o reestabelecimento da capacidade de acumulação de determinados setores da economia dos países centrais.

O que se deve notar, portanto, a partir da leitura que oferecemos acima, é que os acordos sobre a proteção da propriedade intelectual aplicados universalmente (ou seja, acima das legislações dos estados individuais) derivam tanto da disparidade produtiva/tecnológica quanto contribuem para agravar esta mesma situação.

Pelos motivos citados acima, entendemos que estes acordos ganharam importância justamente quando o processo de deslocamento das atividades (re)produtivas industriais ameaçavam as economias centrais, ao final da década de 60 e início da década de 70. Da mesma maneira, argumentamos que este processo responde, por fim, à própria dinâmica do desenvolvimento capitalista.